
ANEXO - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SEI N° 0025090669/2025 - SEGOV.UNP

Define-se aqui, em linhas gerais, a dinâmica do Contrato, conforme segue:

1 - MODELO DE GESTÃO E EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Infraestrutura Urbana por meio da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa n° 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, nos termos do artigo 49, inc. VII, da Instrução Normativa n° 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

1.1.2 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços;

1.2 - Prazo para início dos serviços - O serviço deverá ser iniciado em até 30 (trinta) dias úteis após emissão da Ordem de Serviço. A apresentação da Documentação de Segurança e Saúde Ocupacional - SSO (item 13) deverá ocorrer em até 03 (três) dias corridos após a assinatura do contrato;

1.3 - As condicionantes, procedimentos, detalhes dos serviços a serem apresentados, bem como rotinas de execução deverão ser realizadas conforme o previsto no nos memoriais descritivos e demais peças técnicas;

1.4 - Frequência: as obras deverão ser realizadas de segunda à sexta-feira, com exceção de feriados e pontos facultativos, caso em que deverá ser solicitada autorização especial. A contratante poderá solicitar à contratada a execução das atividades aos sábados, domingos e feriados, inclusive em período noturno, nos termos da Resolução COMDEMA n. 03/2018, o que não incorrerá em custos adicionais à contratante;

1.5 – Horário: as obras deverão ocorrer das 08:00 às 18:00 horas;

1.6 - Locais de prestação dos serviços – Avenida Santos Dumont (Trecho Praça Dr. João Colin à Rua Camboriu);F

1.7 – Cronograma - conforme Cronograma Físico-Financeiro SEGOV.UNP (SEI n° 0025078164), prorrogável na forma do Art. 111 da Lei 14.133/2021. A contratação é de natureza por escopo.

a) Data para conclusão da obra - 18 meses após a data da Ordem de Serviço.

b) Prazo de vigência do contrato - 24 meses após a assinatura do Termo de Contrato.

c) O cronograma de execução desta contratação (18 meses) está em consonância com o Projeto Viva Cidade 2, cujo prazo de desembolsos finaliza em 01/02/2027. No entanto, caso o prazo de execução ultrapasse o prazo de desembolsos do Projeto Viva Cidade 2, o Município poderá manter a execução e, para isso, está previsto neste processo a Requisição de Compras, considerando fonte de recursos próprios.

1.8 - Obrigações da Contratada específicas do objeto:

1.8.1 - Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa, além de possuir quantidade suficiente de profissionais habilitados e qualificados para atender a demanda do CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos neste Memorial;

1.8.2 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados.

1.8.3 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a execução da obra.

1.8.4 - É obrigatório obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários e visitantes;

1.8.5 - Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até a obra, além de manter limpos e inalterados os locais onde atuar, deixando livre de restos/entulhos os locais ao final da obra.

1.8.6 - Caso a CONTRATANTE constate qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;

1.8.7 - A CONTRATADA deverá isolar as áreas onde serão realizados os trabalhos, proibindo a entrada e passagem de pessoas não autorizadas.

1.8.8 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela prestação do serviço.

1.8.9 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

1.8.10 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

1.8.11 - Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, para a emissão da Ordem de Serviço;

1.8.12 - A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços, tais como: lixas, estopas, panos, pregos, parafusos, fitas e outros necessários à execução dos serviços;

1.8.13 - A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo 10 dias corridos, após notificada, o(s) produto(s) e/ou serviço(s) que porventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Memorial Descritivo ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o presente Memorial Descritivo, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE;

1.8.14 - Deixar livre de restos/entulhos os locais ao final da instalação/realização dos serviços;

1.8.15- A CONTRATADA obriga-se a comunicar à Prefeitura Municipal de Joinville, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitiram a correta execução dos serviços.

1.8.16 - Caberá à CONTRATADA comunicar e requerer, quando houver necessidade de interação com outros órgãos públicos ou concessionários de serviços públicos como CELESC Distribuição S.A., Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, concessionárias de telefonia e TV a cabo, Secretaria de Meio Ambiente Municipal, Secretaria de

Meio Ambiente Estadual, entre outros, autorização ou apoio para o desenvolvimento dos serviços de ampliação.

1.8.17 - A CONTRATADA obriga-se a sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas da Celesc e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços e quando for necessário.

1.8.18 - A CONTRATADA deverá manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, que deverá atender de forma imediata às solicitações do Município.

1.8.19 - A CONTRATADA deverá, também e obrigatoriamente, possuir Certificado de Registro Cadastral da Celesc à época do início da execução do contrato, bem como possuir veículos, equipamentos, ferramentas e outros instrumentos que se façam necessários para a perfeita execução dos serviços de ampliação em acordo com as normativas técnicas e de segurança e saúde ocupacional, implementadas pela concessionária de distribuição de energia elétrica e pela Administração Pública.

1.8.20 - Caberá a CONTRATADA a garantia dos serviços e Materiais Empregados: Garantia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, devendo o contratado ser responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

1.9 - Obrigações da Contratante específicas do objeto:

1.9.1 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências para realização da obra.

1.9.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessários ao fornecimento;

1.9.3 - Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade na realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

1.9.4 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento deste Memorial Descritivo;

1.9.5 - Rejeitar em todo ou em parte, o(s) produto(s) e serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Memorial Descritivo e demais documentos do processo, ou que fora constatado qualquer irregularidade.

1.10 - Define-se como forma de comunicação com a CONTRATADA a formal, "*será obrigatoriamente a escrita e excepcionalmente por outro meio hábil*", nos termos do artigo 49, inc. VII, "b" da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento;

1.11 - Comunicar ao preposto ou representante legal da contratada, para que esta tome as devidas providências, nos casos em que seja constatada pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização conduta imprópria, negligência ou incapacidade técnica de funcionário da contratada, ou seja, que embarace e/ou dificulte a ação da fiscalização ou cuja a presença seja prejudicial ao andamento dos trabalhos;

1.12- Da garantia dos serviços e Materiais Empregados: Garantia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, devendo o contratado ser responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

1.13 - O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s):

a) **Provisoriamente**, no ato (dia) da prestação do(s) serviço(s);

b) **Definitivamente**, após 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, após observação e/ou vistoria do atendimento das especificações e requisitos da contratação;

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o **subitem 1.13, "b"** não ser procedida dentro do

fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia previsto no subitem **subitem 1.13, "b"**;

d) O recebimento provisório ou definitivo do(s) serviço(s) não exclui(em) a responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido nos Memoriais, pranchas e demais documentos que compõe o processo, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) realizar no ato, o(s) ajustes(s)/refazer o(s) serviço(s) visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, da Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

2 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

2.1 - O pagamento será conforme as medições mensais realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, e após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Memorial Descritivo e demais condições.

2.2 - Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do(s) serviço(s), (ou) parcialmente de acordo com as medições;

2.4 - A porcentagem a ser retida de cada pagamento é de 5% (cinco por cento).

3 - FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1 - Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço global, considerando o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, observados os demais requisitos dispostos no Edital.

3.2 - O regime de empreitada da contratação será o de execução indireta por empreitada por preço unitário, observados os demais requisitos dispostos no Edital;

3.3 - No que se refere aos critérios de habilitação técnica, a contratada deverá apresentar:

3.3.1- A proponente deverá demonstrar a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

3.3.2- Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de obra/serviço de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja: pavimentação asfáltica, iluminação pública e rede de distribuição de energia elétrica;

c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

3.3.3- Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que

demonstrem capacidade operacional na execução de obra/serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a 50% do total a ser executado, ou seja:

| PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA DAS OBRAS | | | |
|--|---|----------------|------------------------------------|
| Item | Características | Unid. | Quant. |
| 1 | Pavimentação asfáltica | m | 667,00 |
| | | m ² | 9.975,00 |
| | | m ³ | 1.015,26 |
| | | t | 2.462,88 |
| 2 | Execução de Iluminação pública* | pontos | 195 (cento e noventa e cinco) |
| 3 | Execução de Rede de Distribuição de Energia Elétrica** | postes | 30 (trinta) |
| 4 | Execução de Rede de Distribuição de Energia Elétrica** | km | 3,35 (três vírgula trinta e cinco) |

**: considera-se todo serviço técnico de instalação, substituição, ampliação ou modernização de equipamentos de iluminação pública como aptos ao item 01.*

*** : consideram-se todos os atestados expedidos pelas empresas distribuidoras de energia elétrica como aptos aos itens 02 e 03, considerando-se que os serviços são referentes à construção de rede não exclusiva de iluminação pública, de forma que os atestados referentes à construção de rede exclusiva de iluminação pública não apresentam as mesmas garantias técnicas em eletricidade que aqueles de construção de rede de distribuição de energia elétrica, objeto deste Memorial. A quantidade postes e a distância de rede se refere aos serviços voltados à rede de distribuição de energia elétrica, que compreendem 6,7 km de extensão total, considerando-se a quantidade de circuitos existentes que sejam remanejados e à quantidade de circuitos novos a se construir dentro do projeto.*

3.3.4 - Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.

3.4 - Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente

3.5 - O proponente deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação.

3.6 - O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021.

3.7 - Para a contratação deve ser apresentada garantia de execução, conforme padrão do BID, nos termos das “Políticas para aquisição de bens e contratação de obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento” (GN-2349-15).

3.8 - A proponente deverá comprovar VOLUME MÉDIO ANUAL DE OBRAS em, pelo menos, um dos últimos cinco anos de R\$ 3.000.000,00.

3.9 - O RESPONSÁVEL TÉCNICO da proponente, deverá apresentar experiência e qualificação compatíveis com as características da obra, conforme item 3.3.2.

3.10 - A proponente deverá apresentar declaração de que possui pleno conhecimento do regime de precipitação pluvial e altura do lençol freático da região onde serão executados os serviços.

3.11 - Para o atendimento do cronograma de execução da obra, foram relacionados os seguintes equipamentos:

| Descrição | Quantidade |
|---|------------|
| Caminhão basculante 10m³, 230 CV (ou equivalente) | 1 |
| Caminhão carroceria com guindauto com capacidade de 45 t.m | 1 |
| Caminhão caçamba para transporte de material asfáltico, capacidade 6 m³ | 1 |
| Escavadeira hidráulica sobre esteiras, 0,8m³, 17t, 111 HP (ou equivalente) | 1 |
| Motoniveladora, 93 KW (ou equivalente) | 1 |
| Rolo compactador liso autopropelido vibratório, 11t, 97 KW (ou equivalente) | 1 |
| Rolo compactador vibratório pé de carneiro 80HP (ou equivalente) | 1 |
| Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 10,4 t | 1 |

A empresa executora poderá apresentá-los como mínimo e/ou apresentar outros equipamentos e tecnologias desde que mantidos os prazos e custos de execução do empreendimento, com a devida anuência da contratante.

4 - SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

4.1 - Será admitida a subcontratação dos serviços/itens desde que devidamente autorizados pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização. No entanto, há a seguinte ressalva a ser observada pela CONTRATADA para a subcontratação da execução dos serviços.

4.2 - Em que pese essa equipe técnica entenda como atividade preponderante para fins de atestado de capacidade técnica e habilitação indicamos que sejam considerados os serviços

referentes à construção civil, nos termos do Art. 122 da Lei 14.133/2021, permite-se que a contratada subcontrate os serviços com vistas à conclusão da obra, observando as seguintes premissas:

Para a subcontratação de serviços relativos à:

- **contenção em gabião** - deverá apresentar, além dos demais requisitos técnicos necessários, a **comprovação** de que já executou o serviço de contenção em gabião em percentual máximo de 50% do volume proposto.

4.3 - A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5 - Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

5 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Estima-se a contratação no importe de R\$ 28.719.591,03 (Vinte e oito milhões, setecentos e dezenove mil, quinhentos e noventa e um reais e três centavos).

5.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação dos **Índices Setoriais (para cada grupo de serviços) - Índice de Reajustamento de Obras Rodoviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6 - DA ADEQUAÇÃO/DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária desta Secretaria;

6.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo e estarão dispostos posteriormente no Edital;

6.3 - A presente contratação está prevista no PPA - Plano Plurianual 2022-2025, conforme processo SEI nº 22.0.296842-8.

7 - DA MELHOR SOLUÇÃO ENCONTRADA

7.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que tenham executado pavimentação asfáltica, execução de iluminação pública e rede de distribuição de energia elétrica;

7.2 - A contratação trata-se de obra comum de engenharia.

8 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 - A presente contratação possui como fundamentação o Estudo Técnico Preliminar correspondente, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

9 - CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

9.1 - Deverá apresentar relatório ambiental detalhando as ações realizadas no período para atender às exigências e condicionantes da licença ambiental da obra (quando for o caso), apresentando os documentos e evidências necessários.

9.2 - No relatório deve constar planilha de destinação dos resíduos gerados pela obra, indicando o tipo de resíduo, a quantidade, a unidade, o local de destino, a LAO do destinador e sua atividade compatível com o resíduo, a LAO do transportador, se for classe I, data do transporte e do recebimento, MTR para todas as cargas com comprovante de pesagem, um CDF mensal com todos os MTRs do mês de referência.

9.3 - Observar as considerações contidas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Projeto Viva Cidade 2, disponível no site da PMJ (<https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/plano-de-gestao-ambiental-e-social-do-projeto-viva-cidade-2/>)

9.4 - Prever a comunicação com a população e resposta via canais de atendimento da Ouvidoria da PMJ para reclamações em geral, sugestões, etc. Manter os registros das manifestações, incluindo a solicitação realizada e a resposta (desfecho da situação) e apresentar nos relatórios de acompanhamento.

9.5 - Prever a inclusão de um técnico ambiental na equipe técnica, com o objetivo de acompanhar/monitorar os devidos controles ambientais da obra e canteiro. O profissional previsto deverá ser o ponto focal quanto à temática ambiental e estar disponível para reuniões de acompanhamento.

10 - PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE/DESEMPENHO

10.1 - Deverão ser atendidos, neste sentido os seguintes padrões mínimos:

10.1.1 - Com relação ao cumprimento do cronograma executivo com a conclusão da obra no prazo previsto e com a qualidade esperada, essa equipe técnica propõe que sejam deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de produtividade.

10.2 - Em caso de suspeita ou dúvida pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização poderá solicitar a realização de ensaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto, cujos custos deverão ser arcados exclusivamente pela contratada, nos termos do Art. 140, §4º da Lei 14.133/2021.

10.3 - Relatório de Progresso

10.3.1 - Mensalmente, em data definida pela Fiscalização na reunião inicial, a CONTRATADA deverá apresentar relatório de progresso das atividades contendo:

- a) Cronograma físico-financeiro previsto x realizado. Caso o percentual realizado acumulado resulte 40% abaixo do previsto no primeiro mês ou 20% abaixo do previsto acumulado nos demais meses, a CONTRATADA deverá apresentar plano de recuperação para atingimento do prazo previsto, não isentando as penalidades previstas;
- b) Programação mensal atualizada das obras, indicando providências necessárias;
- c) Registro de Qualidade, indicando não conformidades verificadas durante o mês, as providências corretivas e revisões dos procedimentos efetuadas;
- d) Interferências e quaisquer inconsistências de projeto ou dúvidas que possam prejudicar o bom andamento da obra;
- e) Acidentes de trabalho, em caso de ocorrência, e as medidas e providências tomadas.

10.3.2 - Desempenho do Cronograma

10.3.2.1 - A execução da obra deverá respeitar rigorosamente o cronograma físico-financeiro (SEI nº 0025078164), considerando o cumprimento deste como critério de aferição da produtividade mínima esperada.

10.3.2.2 - O atraso execução dos serviços (acumulada) prevista no cronograma sujeitará a

contratada à glosa parcial das medições, aplicável a partir do quinto mês de execução da obra, calculados sobre o valor do percentual a ser executado não entregues no mês conforme cronograma do anexo (SEI nº 0025078164).

10.3.2.2.1 - Na medição do quinto mês, para fins de aferição da produtividade, será considerado o percentual acumulado da execução do início da obra até a referida medição.

10.3.2.3 - O não cumprimento das produtividades previstas ensejará em glosa de 2% do valor financeiro da extensão não executada, ficando limitado ao valor de 20% do contrato.

10.3.2.4 - Em caso de alterações contratuais de prazo, as datas marco (datas de entrega) poderão ser reprogramadas conforme novo cronograma, após a sua análise e aprovação por parte da CONTRATANTE.

10.3.2.5 - Outras não conformidades que não previstas sanções específicas serão encaminhadas para Comissão de Aplicação de Penalidade que irá avaliar as sanções nos termos da lei, considerando a gravidade do evento.

11 - VISITA TÉCNICA

11.1 - Para o devido conhecimento dos endereços e equipamentos atuais da CONTRATANTE, os interessados poderão agendar visita técnica através do e-mail: <sepur.umo@joinville.sc.gov.br>

11.2 - A visita será realizada individualmente com cada interessado sempre em horários distintos.

11.3 - A visita técnica consistirá no acompanhamento do interessado pelo representante do Município, nos locais onde estão instalados os equipamentos contemplados neste Memorial Descritivo.

11.4 - Durante a visita não será fornecido pelo representante do Município nenhuma informação técnica, visto que as informações necessárias para formulação da proposta estão contidas neste Memorial Descritivo, nesse sentido, o intuito da Visita Técnica é proporcionar aos interessados conhecimento dos locais e equipamentos.

11.5 - Ao término da Visita Técnica será emitido o "Termo de Visita Técnica" emitido pela Secretaria de Pesquisa e Planejamento Urbano - SEPUR, em 2 (duas) vias assinadas pelas partes interessadas, o qual deverá constar dos documentos de habilitação.

12 SEGURANÇA, CONVENIÊNCIA PÚBLICA E REGULAMENTAÇÕES

12.1 - Serão obedecidas as disposições constantes da NR-18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, e NBR 7678 – Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção;

12.2 - A contratada deverá, durante a obra, tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos, para proteger o público e para facilitar o tráfego;

12.3 - A contratada é responsável por todas as atividades correlatas necessárias para a execução dos serviços como: delimitação e segurança da área de trabalho, medidas, marcações, nivelamentos e locações dos serviços, sinalização apropriada informativa, de orientação e limitação dos serviços, interdições parciais ou totais de trechos de vias e comunicação aos usuários e/ou moradores diretamente afetados dos serviços a serem realizados e dos impactos resultantes. No caso da necessidade de interdição parcial ou total de determinado trecho de via, a contratada deverá antecipadamente comunicar e conseguir autorização do DETRANS (Departamento de Trânsito do Município de Joinville);

12.4 - Se a contratada julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da fiscalização da PMJ, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço.

12.5 - A contratante poderá solicitar à contratada a execução das atividades aos sábados, domingos e feriados, inclusive em período noturno, nos termos da Resolução COMDEMA n. 03/2018, o que não incorrerá em custos adicionais à contratante;

12.6 - Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos às expensas da contratada;

12.7 - As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodos às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

12.8 - A CONTRATADA deverá fornecer e instalar uma Placa de Serviços de Ampliação na dimensão de 2,00 x 1,50 m, confeccionada conforme padrão a ser definido em conjunto com a Secretaria de Comunicação do Município de Joinville. A localização de instalação da placa será definida com a FISCALIZAÇÃO. O fornecimento e instalação da Placa de Serviços é de responsabilidade da CONTRATADA, sem que haja ônus para o município;

12.9 - Fechamento do Perímetro da Obra:

12.9.1 - A obra deverá ser isolada com tapumes e/ou telas de proteção no perímetro em que estiver ocorrendo a frente de trabalho e área de vivência, portanto, todo o canteiro de obra, a fim de isolar e proteger os transeuntes que circulam ao redor da mesma;

12.9.2 - Deve-se realizar sinalização adequada para pedestres e veículos, além de delimitar com equipamentos de sinalização onde os pedestres devem caminhar. A CONTRATADA deve realizar os procedimentos legais para alteração e e sinalização do trânsito, consultando as normas vigentes e comunicando antecipadamente os órgãos de trânsito, além de manter a documentação de autorização em obra;

12.9.3 - A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Devem ainda ser afixados sinais de aviso 200 metros antes e depois do local da obra, e no espaço onde as operações interfiram na via pública em uso. Toda a sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente.

12.10 - Canteiro de Obras:

12.10.1 - O canteiro de obras será dirigido por profissional habilitado, devidamente inscrito no conselho competente da região sob a qual está jurisdicionada a obra;

12.10.2 - Em todos os itens da obra, deverão ser fornecidos e instalados os equipamentos de proteção coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas, de acordo com o previsto na NR-18 do Ministério do Trabalho, bem como em qualquer outra norma vigente;

12.10.3 - Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, a quem adentrar a obra, todos os equipamentos de proteção individual (EPI), necessários ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança e legislação vigentes;

12.10.4 - Fica a cargo exclusivo da CONTRATADA todas as providências e despesas correspondentes às instalações provisórias da obra, compreendendo o aparelhamento, maquinário e ferramentas necessárias à execução dos serviços contratados, bem como: tapumes, cavaletes, cercas, instalações provisórias de sanitários, eletricidade, água, entre outros;

12.10.5 - As Instalações Provisórias compreendem as construções de natureza provisória, indispensáveis ao funcionamento do canteiro de obra, de maneira a dotá-lo de funcionalidade, organização, segurança e higiene, durante todo o período em que se desenvolverá a obra, em obediência a NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);

12.10.6 - O dimensionamento da área de vivência, escritórios, banheiros e demais itens requisitados nas normas vigentes devem ser efetuados pela CONTRATADA, em acordo com a NR 18 e NR 24 (Instalações sanitárias e de conforto nos locais de trabalho), bem como a NBR 12284 (Áreas de vivência em canteiros de obras - Procedimento), NBR 15112 (Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação). Ainda que não citadas, deve-se considerar quaisquer normas vigentes quanto ao tema e outras necessárias a plena aplicação das demais.

12.11 - Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas pertinentes e vigentes do Município, normas técnicas da CELESC Distribuição S.A. e da ABNT, e na falta destas, a norma internacional IEC, bem como as relativas à Segurança e Medicina no Trabalho, ao Trânsito, Acessibilidade e NR-10 (e demais normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego).

12.11.1 - Quando dos serviços de manobra de chave primária a empresa CONTRATADA deverá observar os procedimentos de rede de energia elétrica da concessionária local.

13 - REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

A CONTRATADA deverá fornecer, antes do início das atividades, a documentação referente à Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) de todos os colaboradores envolvidos nas atividades. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, no mínimo, os seguintes documentos:

- Constituição do SESMT e relação dos profissionais designados às atividades de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme NR 04;
- Cópias das carteiras dos conselhos de classe de todos os profissionais designados do SESMT bem como seus mini-currículos;
- Constituição da CIPA e relação de profissionais designados, conforme NR 05;
- Relação de colaboradores com as suas respectivas funções;
- Programa de treinamentos e palestras de segurança, e cópias dos certificados de capacitação de todos os colaboradores, conforme suas respectivas funções, nos treinamentos de:
 - Treinamento Admissional - Ordem de Serviço (NR 01/NR 18);
 - Treinamento de CIPA (NR 05), para os designados;
 - Treinamento de EPI (NR 06);
 - Treinamento de Segurança em Eletricidade (NR 10) - Básico;
 - Treinamento de Segurança em Eletricidade (NR 10) - Complementar (SEP);
 - Treinamento de Segurança na Operação de Máquinas (NR 12) - para os colaboradores diretos ou subcontratados que operarem máquinas na obra;
 - Treinamento de Segurança em Trabalho em Altura (NR 35) - para os colaboradores que realizarem trabalho em altura.
- Treinamento em Primeiros Socorros;
- Treinamento em Combate a Incêndio;

- Treinamento em Plano de Atendimento a Emergência (PAE);
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), conforme NR 09, ou Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme NR 01 e respectivo Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART);
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme NR 07, e todos os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos colaboradores, informando, conforme a função, a aptidão para trabalho em altura;
- Plano de Atendimento a Emergência (PAE);
- Todas as Análises Preliminares de Riscos (APR) para todas as atividades objetas desse Memorial Descritivo;
- Laudo Ergonômico informando o atendimento à NR 17;
- Plano de Gerenciamento de acidentes e formação de indicadores mensais;
- Fichas de registros de todos os colaboradores e cópias dos contratos de trabalho;
- Fichas de entrega de EPI (equipamentos de proteção individual) especificados nas APR, com verificação da validade dos certificados de aprovação (CA) e assinatura de recebimento dos colaboradores;
- Documento expedido pela Celesc com anuência e autorização dos colaboradores da CONTRATADA que estão aptos a realizar serviços nas redes energizadas/desenergizadas de responsabilidade da concessionária de distribuição de energia elétrica, conforme o caso (Cadastro de Homologação Técnica de Empreiteira - CHTE).
- Certidão de Registro Profissional e Quitação, bem como da carteira profissional de habilitação do conselho competente, para o profissional responsável conforme o item 3 deste Memorial.

Após a validação pela FISCALIZAÇÃO de todos os documentos, será gerada uma Autorização Para Trabalho de Risco (ATR) através de Ordem de Serviço (OS) informando quais colaboradores estão aptos e autorizados pela Administração Pública a executarem os serviços de iluminação pública contratados.

As desobrigações de constituição de SESMT e CIPA, bem como de outros documentos e/ou requisitos de SSO não aplicáveis, poderão ser justificadas pela CONTRATADA nos termos das respectivas Normas Regulamentadoras.

Ainda, a CONTRATADA deverá fornecer, em até 10 dias úteis da assinatura do CONTRATO os documentos referentes à homologação junto à Celesc, nos subgrupos:

1. Serviços de Construção e Reforma de Rede de Distribuição Aérea (2.1.38);
2. Serviços de Instalação de Iluminação Pública (2.1.39);
3. Serviços de construção e reforma de rede de distribuição em redes energizadas (2.1.43);
4. Serviços de manutenção de iluminação pública (2.2.8).

14 RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

14.1 A contratada deverá fornecer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução dos serviços;

14.2 A contratada deverá disponibilizar diário de obra para anotações diversas, tanto pelo engenheiro de obra como pela fiscalização;

14.3 A fiscalização da PMJ deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações, cumprimento satisfatório das cláusulas do contrato;

14.4 É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento da fiscalização da PMJ ou sem a notificação por escrito da empresa contratada, apresentada com antecedência suficiente para que a fiscalização da PMJ tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela fiscalização da PMJ;

14.5 A fiscalização da PMJ terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada sejam compatíveis com as especificações de projeto;

14.6 A inspeção dos serviços/obra por parte da fiscalização da PMJ não isentará a contratada de quaisquer das suas obrigações prescritas no contrato;

14.7 A contratada será responsável pela conservação e segurança das obras/serviços até o aceite e recebimento provisório dos mesmos pela fiscalização da PMJ;

14.8 O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme os art. 140 Lei 14.133/2021.

14.9 A contratada estará sujeita as determinações da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e da Lei 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

15. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A melhor solução para atendimento ao interesse público envolve a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que prestem serviços de execução de obras em pavimentação asfáltica, iluminação pública e rede de distribuição de energia elétrica.

A obra de **Duplicação da Avenida Santos Dumont** foram adotados os seguintes métodos construtivos, visualizados pelos responsáveis técnicos como solução técnica que mais atende a obra em questão.

- Pavimentação em asfalto na via, exceto na localização do ponto de ônibus: Em face ao tráfego pesado de veículos e necessidade de posteriores intervenções com tubulações enterradas na via, foi adotada essa solução técnica;
- Execução de Iluminação Pública;
- Execução de Rede de Distribuição de Energia Elétrica.

Importante salientar que em caso de necessidade de manutenção decorrente de eventual falha na execução, ficara a cargo da contratada sem nenhum ônus à administração pública.

16 ABREVIATURAS

| Abreviatura | Descrição |
|---------------|--|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| ART | Anotação de Responsabilidade Técnica |
| ASTM | American Society for Testing and Materials, é um órgão estadunidense de normalização |
| BDI | Benefícios e Despesas Indiretas |
| BGTC | Brita Graduada Tratada com Cimento |
| C20, C25, C30 | Concreto (classificação de concretos) |
| CA | Concreto Armado (categorização dos aços) |
| CAP | Cimento Asfáltico de Petróleo |
| CAUQ | Concreto Asfáltico Usinado Quente |
| CCP | Concreto de Cimento Portland |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CELESC | Centrais Elétricas de Santa Catarina |
| CM | Cura Média |
| CONTRAN | Conselho Nacional de Trânsito |
| CP | Cimento Portland |
| DENATRAN | Departamento Nacional de Trânsito |
| DETRANS | Departamento de Trânsito de Joinville |

| | |
|---------|---|
| DNER | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem |
| DNIT | Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes |
| EPI | Equipamento de Proteção Individual |
| EPS | Poliestireno Expandido |
| ES | Especificação de Serviço |
| fck | Resistência Característica do Concreto à Compressão aos 28 dias |
| fctk | Resistência Característica do Concreto à Tração na Flexão aos 28 dias |
| GC | Grau de Compressão |
| ME | Método de Ensaio |
| NBR | Normas Brasileiras |
| NM | Norma Mercosul |
| NR | Norma Regulamentadora |
| PMJ | Prefeitura Municipal de Joinville |
| PMQ | Pré-misturado a Quente (atual CAUQ faixa "B") |
| PS | Tubo Concreto Simples para Águas Pluviais |
| RR | Ruptura Rápida |
| SEI | Sistema Eletrônico de Informação da PMJ |
| SEINFRA | Secretaria de Infraestrutura Urbana do Município de Joinville |



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Lauro Weinert, Diretor (a)**



Executivo (a), em 07/04/2025, às 13:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0025090669** e o código CRC **3F4FE7B5**.

Av. Herman August Lepper, 10 - Bairro Centro - CEP 89221-005 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.162034-0

0025090669v2